

## RIGOR ANALÍTICO E COMPROMISSO CRÍTICO: 30 ANOS DE *PERSPECTIVAS*

O lançamento deste volume 30, relativo ao segundo semestre de 2006, coincide com a comemoração dos 30 anos de *Perspectivas*. Sua publicação, para todos aqueles que estão e estiveram envolvidos com a história da revista, é motivo de grande alegria e de muita satisfação. Não são poucas as dificuldades para se fazer e, principalmente, para se manter um periódico científico dentro dos padrões de rigor e de arbitragem de artigos que vigoram nos meios acadêmicos contemporâneos. Nos últimos anos as condições para a produção de periódicos científicos alteraram-se sobremaneira, inclusive pela proliferação de títulos – periódicos e revistas –, exclusivamente, em meio digital. Com isso, no mesmo movimento em que surgiram centenas de novas publicações, soçobraram umas outras tantas por incapacidade de adaptação aos “novos tempos”. Tais dificuldades tornaram-se especialmente dramáticas quando passamos a nos pautar na universidade cada vez mais por critérios quantitativos de medição da produtividade do trabalho intelectual, impondo assim, também às revistas acadêmicas e aos periódicos científicos, um ritmo de produção e um controle de qualidade para os quais muitas vezes não se está preparado, já que não existe a infra-estrutura intelectual e editorial necessárias para dar conta dessas novas exigências. Daí que um dos principais desafios colocados para as publicações científicas é exatamente o de se renovar, sem perder nem sua história nem sua identidade intelectual. Óbvio que o primeiro, mais importante e fundamental desafio nesse caso é o da manutenção do periódico científico, pois sem ele não há horizonte de renovação possível.

Por todas essas razões, o número 30 de *Perspectivas* é uma vitória. Principalmente, porque a revista passou pela prova de fogo de ter que se reinventar, adequando-se às novas condições de produção e de divulgação do trabalho acadêmico, no mesmo processo em que se autonomizou da presença protetora da Editora

da UNESP. Para se renovar, foi necessário criar novas rotinas e estruturas, sem perder, contudo, a identidade intelectual e a experiência acumulada em três décadas.

Nesse sentido, mantendo uma das características que vem marcando a revista nos últimos anos, este número comemorativo também contém um dossiê (“Cidadania cosmopolita, democracia e sociedade civil global”) como seu eixo estruturador. Composto por sete artigos bastante instigantes, o dossiê traz elementos preciosos para pensar a questão da cidadania e a democracia num contexto no qual as instituições próprias da modernidade política (Estado-nação, partidos políticos, sindicatos, etc.) mostram-se insuficientes para abarcar todo um novo espectro de problemas, processos, fatos e atores.

O dossiê se abre com o artigo de Rossana Rocha Reis sobre o lugar da democracia em face da emergência de uma sociedade civil global e de uma cidadania cosmopolita. Retomando um tema clássico da reflexão política – a questão do lócus da democracia –, a cientista política da Universidade de São Paulo procura articulá-lo com a discussão contemporânea, inspirada pelo surgimento de atores e problemas novos, e para os quais a própria conceituação é ainda algo a ser resolvido. Em especial, defende a tese de que as sociedades contemporâneas estariam assistindo ao surgimento de uma cidadania cosmopolita ancorada em uma rede transnacional constituída por ONGs e movimentos sociais, e caracterizada por um novo tipo de ativismo político em nível global. Tal movimentação estaria definindo o contorno de algo novo, conceituado por muitos autores como uma “sociedade civil global”.

O segundo texto do dossiê, do mexicano Feliciano García Aguirre, trata de um desses novos atores mais emblemáticos, ou seja, dedica-se a analisar o papel do movimento zapatista e, em especial, do papel da “Otra campaña” no processo político eleitoral ocorrido no México, no segundo semestre de 2006. Com essa perspectiva, o texto procura fazer um balanço do jogo de forças que então se estabeleceu, aclarando a perspectiva que orientava os diversos atores durante o processo de eleições gerais. Para isso, resgata não apenas a disputa propriamente eleitoral entre os principais partidos políticos, bem como os principais elementos do processo institucional, mas também analisa a dinâmica das lutas sociais, dando ênfase especial à organização dos zapatistas e a sua atuação na **Otra campaña**.

Os dois artigos que se seguem (“As cidades nos processos de integração” e “A inserção internacional de Campinas: aspectos conceituais”) analisam o papel das cidades como atores emergentes no cenário internacional contemporâneo e mais especificamente nos processos de integração regional. Resultado de uma pesquisa coletiva, desenvolvida no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC, os dois textos tem como premissa básica que o processo de globalização, que se intensificou nos anos 1990, mudou não só a dinâmica das relações internacionais, mas a própria conceituação sobre elas. Nessa linha, assumem que mesmo reconhecendo a importância que os Estados nacionais ainda mantêm no cenário internacional, ela tem diminuído, na medida em que eles não conseguem solucionar todos os problemas no âmbito do seu território. Com isso, os governos subnacionais passam a assumir uma importância cada vez maior, estabelecendo acordos de cooperação entre cidades e abrindo espaço para que outros atores não-governamentais também contribuam para o encontro de soluções que permitam o desenvolvimento sustentado no âmbito local. De tal modo isso se dá que as cidades tendem a assumir competências que, antes, eram exclusivas dos Estados nacionais, desenvolvendo, inclusive uma paradiplomacia e uma política externa federativa.

O artigo de Karina L.P. Mariano e de Gustavo Rosolen Tessari, “As cidades nos processos de integração”, desenvolve seus argumentos a partir de estudo de caso sobre a atuação dos municípios, com destaque para o caso de São Paulo, nas negociações e discussões do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e naquelas que visam à constituição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Já o artigo de Armando Gallo Yahn Filho, “A inserção internacional de Campinas: aspectos conceituais”, procura mostrar que entre as cidades brasileiras de grande e médio porte, que possuem uma inserção internacional, Campinas tem especial importância, constituindo-se, ao mesmo tempo, como **cidade-espaço** e como **cidade-ator**.

O texto seguinte, de Marco Aurélio Nogueira, dá seqüência a essas preocupações e sustenta que, no atual quadro histórico mundial, os problemas da segurança nacional e da soberania não podem mais ser analisados dos marcos conceituais em vigor na média do debate intelectual. Tais questões teriam adquirido dinâmicas novas, que não se enquadram mais no âmbito do Estado em sentido estrito. Em sua avaliação, elas deixaram de pertencer

exclusivamente ao campo das relações entre Estados, tornando-se um problema das comunidades como um todo – povos, governos, empresas, sociedades civis, cidadãos. Desse ponto de vista, essas questões já teriam ultrapassado as fronteiras nacionais, por mais que continuem a se enraizar em experiências nacionais concretas e a encontrar nelas boa parte de suas determinações. Justamente por isto, necessitam de uma nova conceituação, não podendo mais ser concebidas nem “fora” do Estado, ou “sem” o Estado, nem exclusivamente no âmbito do Estado.

Complementando o texto de Nogueira, vem o trabalho de Shiguenolli Miyamoto sobre “A ONU no limiar do novo século”. Resultado de uma longa reflexão acerca das relações internacionais, a contribuição do professor da UNICAMP procura analisar o papel das organizações internacionais em um contexto em que cada vez mais têm prevalecido políticas de poder marcadas pela força. Com essa perspectiva, Miyamoto detém-se na análise da atuação da Organização das Nações Unidas (ONU), procurando mostrar as dificuldades encontradas por ela na resolução de problemas comuns a vários países, em virtude das políticas unilaterais implementadas, sobretudo, pelas grandes potências. De certo modo, a análise demonstra que, a despeito da emergência de novos atores e da necessidade de um novo quadro conceitual, os “atores tradicionais” ainda contam com grande capacidade de intervenção, dificultando assim o surgimento de dinâmicas sociais e políticas efetivamente novas e à altura das circunstâncias.

Por fim, fechando o Dossiê, encontra-se o trabalho “A teoria da modernização, a Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos”, de Ricardo Alaggio Ribeiro. Nesse texto, Ribeiro analisa as relações Brasil-Estados Unidos durante a década de 1960, tendo como referência a Aliança para o Progresso, programa de ajuda externa americano direcionado para a América Latina. Com essa perspectiva, o autor faz um interessante resgate da “teoria da modernização”, revelando como na base do programa estavam teses e proposições de seus formuladores. O trabalho revela-se de grande interesse porque, ao investigar o impacto político e econômico do programa no Brasil e sua importância na condução das relações entre os dois países, vai apresentando também os fundamentos e os limites da “teoria da modernização” que o informava.

O volume conta também, na sessão “Pesquisa”, com o texto “Uma análise dos processos recentes de revisão regimental da

Câmara dos Deputados”, de Marcia Teixeira de Souza. Resultado de uma investigação desenvolvida pela autora, o artigo analisa os esforços dos parlamentares que buscaram aprimorar as regras internas da Câmara dos Deputados após a promulgação da Constituição de 1988. Através da leitura dos documentos elaborados pelas comissões de reforma do regimento interno, procura-se observar, de um lado, que o tema da reforma das instituições se configura como um terreno de difícil concretização quando cotejado com as intenções dos proponentes de medidas de mudanças; de outro, que o uso empírico das modificações propostas pode desencadear conseqüências não-intencionadas e, não raramente, contrárias ao que fora almejado, forçando assim os atores a repensarem suas posições, resultando em maiores incertezas no processo deliberativo da Câmara.

Encerrando o volume, na sessão “Teoria Social”, vamos encontrar o texto “A metafísica do trabalho em Simmel – sua validade atual”, de Fabrício Maciel. No artigo, Maciel procura mostrar como os princípios modernos de liberdade e de individualidade conformam a base de uma metafísica do trabalho realizada por Georg Simmel. A configuração de tais princípios, desdobrados nos ideais de singularidade e autenticidade, imporia aos indivíduos modernos um imperativo incontornável de auto-experimentação e auto-realização, com conseqüências ontológicas paradoxais. Com o auxílio de investigações recentes feitas por Axel Honneth, o autor julga ser possível compreender de que modo a promessa de liberdade qualitativa, neste contexto, se transforma em um tipo de liberdade negativa que acaba sendo fundamental para a sutil legitimação do capitalismo contemporâneo.

Com esse conjunto de textos, este volume de *Perspectivas* não só contribui para a reflexão sobre a realidade contemporânea, mas também convida o leitor a realizar um exercício crítico eminentemente teórico ao apontar as dificuldades conceituais encontradas pelo arcabouço das ciências sociais em face da velocidade e da magnitude dos processos sociais de mudança que estão em curso nas sociedades contemporâneas. Coerente com sua trajetória, *Perspectivas* comemora os seus 30 anos, mantendo uma linha de continuidade com suas melhores tradições críticas e analíticas.

O Diretor